

Introdução

Quando a palavra «alucinação» começou a ser usada nos princípios do século XVI, denotava apenas «um espírito divagante». Só na década de 1830, o psiquiatra francês Jean-Étienne Esquirol atribuiu ao termo o seu sentido actual: até então, aquilo a que hoje chamamos alucinações era referido simplesmente como «aparições». As definições precisas da palavra «alucinação» ainda hoje variam consideravelmente, sobretudo porque nem sempre é fácil discernir onde passa a fronteira entre a alucinação, a percepção distorcida e a ilusão. Mas, de um modo geral, as alucinações são definidas como percepções que surgem na ausência de qualquer realidade externa — ver coisas ou ouvir coisas que não existem¹.

As percepções são, em certa medida, partilháveis — o leitor e eu podemos concordar em que existe uma árvore; mas se eu disser: «Estou a ver ali uma árvore», e o leitor nada vir que com isso se pareça, considerará a minha «árvore» uma alucinação, qualquer coisa que o meu cérebro ou o meu espírito elaborou, e que é imperceptível para ele ou para qualquer outra pessoa. Todavia, ao alucinado, as alucinações parecem bem reais; podem imitar a percepção sob todos os aspectos, a começar pelo modo como são projectadas no mundo externo.

¹ Pessoalmente, a minha definição favorita é a dada por William James nos seus *Principles of Psychology* de 1890: «Uma alucinação é uma forma estritamente sensorial de consciência, tão perfeita e verdadeira como se tivesse um objecto real. Simplesmente, acontece que o objecto não existe.» Muitos outros investigadores propuseram as suas próprias definições, e Jan Dirk Blom, no seu enciclopédico *Dictionary of Hallucinations*, apresenta numerosos exemplos.

As alucinações tendem a ser desconcertantes. O que se deve por vezes ao seu conteúdo — uma aranha gigantesca no meio do quarto ou pessoas muito pequenas com seis polegadas de altura — mas, mais fundamentalmente, ao facto de não terem «validação consensual»: ninguém mais vê o que vemos, e compreendemos, num choque, que a aranha gigantesca ou as pessoas muito pequenas têm de estar «na nossa cabeça».

Quando evocamos imagens habituais — de um rectângulo, do rosto de um amigo, ou da Torre Eiffel —, as imagens ficam na nossa cabeça. Não são projectadas no espaço externo como uma alucinação, e falta-lhes também a qualidade precisa de uma percepção ou de uma alucinação. Criamos activamente essas imagens voluntárias e podemos tornar a vê-las quando queremos. Em contrapartida, somos passivos e impotentes perante as alucinações: acontecem-nos, autonomamente, aparecem e desaparecem quando lhes agrada, e não quando nos agrada a nós.

Há uma outra modalidade de alucinação, por vezes chamada pseudo-alucinação, na qual as alucinações não são projectadas no espaço externo, mas vistas, por assim dizer, no interior das nossas pálpebras — são alucinações que ocorrem tipicamente em estados próximos do sono, com os olhos fechados. Mas estas alucinações interiores têm todos os outros traços das alucinações: são involuntárias, incontrolláveis, e podem ter cores insólitas ou apresentar formas e transformações bizarras, que se afastam muito das imagens visuais normais.

As alucinações podem combinar-se com as percepções distorcidas ou as ilusões. Se, quando olho para o rosto de alguém, vejo apenas metade do rosto, trata-se de uma percepção distorcida. Esta distinção torna-se menos clara em situações mais complexas. Se olho para alguém que está diante de mim e não vejo uma figura única, mas cinco figuras idênticas alinhadas, esta «poliopia» é uma percepção distorcida ou uma alucinação? Se vejo alguém cruzar a sala da esquerda para a direita, e continuo depois a ver a pessoa cruzar a sala uma e outra vez, sempre da mesma maneira, esta espécie de repetição («palinopsia») será uma aberração perceptiva, uma alucinação, ou ambas as coisas? Tendemos a referir-nos a estes fenómenos como percepções distorcidas ou ilusões, quando há alguma coisa no seu ponto de partida — uma figura humana, por exemplo —, enquanto

as alucinações parecem emergir simplesmente do ar. Mas muitos dos meus pacientes experimentam alucinações características, ilusões e percepções distorcidas complexas, e por vezes a linha entre umas e outras é difícil de traçar.

Embora os fenómenos de alucinação sejam provavelmente tão antigos como o cérebro humano, a nossa compreensão sobre eles aumentou muitíssimo nas décadas mais recentes². Estes novos conhecimentos resultam especialmente da nossa capacidade de aceder a uma imagem do cérebro de pessoas no momento em que alucinam e de monitorizar as suas actividades eléctricas e metabólicas. Estas técnicas, associadas a observações por meio da implantação de eléctrodos (em pacientes cuja epilepsia intratável requer a intervenção da cirurgia), permitiram-nos definir que partes do cérebro são responsáveis por diferentes espécies de alucinações. Por exemplo, se for submetida a uma activação anormal, há uma área no córtex temporal inferior direito, que normalmente intervém na percepção dos rostos, que poderá levar a pessoa a alucinar rostos. Há uma área correspondente do outro lado do cérebro que intervém normalmente na leitura — a área da forma visual da palavra no giro fusiforme: se for submetida a uma estimulação anormal, poderá dar origem a alucinações de letras ou de pseudopalavras.

As alucinações são fenómenos «positivos», por contraste com os sintomas negativos, os défices ou perdas causadas por um acidente ou uma doença, em cujo estudo a neurologia tem a sua base clássica. A fenomenologia das alucinações indica com frequência as estruturas e mecanismos cerebrais em jogo e pode potencialmente, por conseguinte, fornecer uma visão mais directa dos modos de funcionamento do cérebro.

As alucinações tiveram sempre um lugar importante na nossa vida mental e na nossa cultura. Na realidade, deveríamos perguntar-nos em que medida experiências alucinatórias estiveram na origem da nossa arte, da nossa cultura popular e até mesmo da nossa reli-

² Não sabemos ao certo se há outros animais que tenham alucinações, embora tenham sido observados «comportamentos alucinatórios» tanto em animais de laboratório como no seu quadro natural, conforme Ronald K. Siegel e Murray E. Jarvik referem no seu estudo sobre o assunto.

gião. Os motivos geométricos que se vêem na enxaqueca e noutras condições prefiguram os motivos da arte primitiva? As alucinações liliputianas (que não são invulgares) deram origem aos elfos, aos gnomos, aos duendes irlandeses e às fadas da nossa cultura popular? As terríveis alucinações dos pesadelos nocturnos, em que somos dominados e sufocados por uma presença maligna, desempenham um papel na formação das nossas representações de demónios e bruxas ou de extraterrestres malévolos? Os acessos «extáticos», como os que Dostoievski experimentava, participam na formação do nosso sentido do divino? As experiências extracorpóreas contribuem para o sentimento da possibilidade de uma existência desencarnada? A insubstancialidade das alucinações encoraja a crenças em fantasmas e em espíritos? Porque é que todas as culturas que conhecemos procuraram e descobriram drogas alucinogénias e as utilizaram, em primeiro lugar e sobretudo, com propósitos sacramentais?

Estas ideias não são novas: em 1845, Alexandre Brierre de Boismont, no primeiro livro médico sistemático escrito sobre o assunto, explorava-as já num capítulo intitulado «As Alucinações e a Sua Relação com a Psicologia, a História, a Moral e a Religião». Antropólogos, entre os quais se contam, entre outros, Weston La Barre e Richard Evans Schultes, documentaram o papel das alucinações em diferentes sociedades de todo o mundo³. O tempo limitou-se a alargar e a aprofundar a nossa avaliação da enorme importância cultural daquilo que, à primeira vista, pode parecer pouco mais do que uma extravagância neurológica.

Falarei muito pouco neste livro sobre o vasto e fascinante reino dos sonhos (que podemos sustentar serem um certo tipo de alucinação), para além de referir a qualidade onírica de algumas alucinações e os «estados de sonho» que ocorrem em certos acessos. Alguns autores defendem a ideia de um *continuum* ligando os estados oníricos e as alucinações (como podemos considerá-lo especialmente no caso das alucinações hipnagógicas e hipnopômnicas), mas, de um modo geral, as alucinações diferem bastante dos sonhos.

³ La Barre procedeu a uma extensa análise das perspectivas relativas à alucinação num capítulo publicado em 1975.

Considera-se com frequência que as alucinações têm a criatividade da imaginação, dos sonhos ou da fantasia — ou a viva precisão e a exterioridade da percepção. Mas a alucinação não é nenhuma destas coisas, embora possa partilhar alguns mecanismos neurofisiológicos com cada uma delas. A alucinação é uma categoria especial e única da consciência e da vida mental.

As alucinações muitas vezes experimentadas por pessoas com esquizofrenia requerem também consideração à parte, e justificariam que se lhes dedicasse um livro separado, porque não podem ser divorciadas da vida interior muitas vezes profundamente alterada nem das condições em que vivem essas pessoas. Por isso, referir-me-ei aqui relativamente pouco às alucinações esquizofrénicas, atendendo de preferência às alucinações que podem ocorrer nas psicoses «orgânicas» — as psicoses transitórias por vezes associadas ao delírio, à epilepsia, ao uso de drogas e a certas condições médicas.

Muitas culturas consideram a alucinação, como os sonhos, um estado de consciência especial e privilegiado — qualquer coisa que é activamente buscada através das práticas espirituais, da meditação, das drogas ou da solidão. Mas, na moderna cultura ocidental, as alucinações são as mais das vezes consideradas um presságio de loucura ou de uma terrível alteração cerebral — ainda que a grande maioria das alucinações esteja longe de ter implicações tão sombrias. Faz-se sentir aqui um pesado estigma, que torna por vezes os pacientes relutantes em admitir que alucinam, receando que os seus amigos e até mesmo os seus médicos pensem que eles estão a enlouquecer. Tive muita sorte pelo facto de, na minha própria prática e na correspondência com os meus leitores (que considero ser, sob certos aspectos, uma extensão da minha prática), ter encontrado tantas pessoas dispostas a partilhar as suas experiências. Muitas delas exprimiram a esperança de, ao contarem as suas histórias, poderem estar a contribuir para desfazer as incompreensões, com frequência cruéis, que persistem em torno do problema geral da alucinação.

Penso, portanto, neste livro como numa espécie de história natural ou de antologia da alucinação, descrevendo as experiências e o impacto destas sobre aqueles que as conhecem, uma vez que a força